ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Sessão Ordinária nº 10
de 30 - 04 - 2019

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	**Cargo**	**P/F**
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	**P**
António Manuel Domingues	1º Secretário	**P**
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	**P**

Membros Eleitos	**P/F**	**Presidentes de Juntas de Freguesia**	**P/F**
José Albano Esteves Domingues	**P**	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	**P**
Manuel Luís Domingues Gonçalves	**P**	José Carlos Gonçalves	**P**
Jorge Renato Vieira Ribeiro	**P**	David Manuel Barbeitos	**P**
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	**P**	José Luís Douteiro	**P**
Catarina Aurora Rodrigues Mira	**P**	Agostinho Alves	**P**
Manuela Maria Cortes Lobato	**P**	Rui Manuel Nóvoas Pinho Gonçalves	**P**
Carlos Alberto Codesso	**P**	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	**P**
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	**P**	José da Ascensão Afonso	**P**
Carla Maria Esteves Lima	**P**	Alfredo Domingues	**P**
Tiago José Baleixo Lourenço	**P**	Amadeu Esteves	**P**
Manuel António Fernandes	**P**	Ricardo Jorge Alves	**P**
Carla Sofia de Abreu	**P**	Maximiano José Calheiros Gonçalves	**P**
António José Gomes Nabeiro	**P**	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	**P**
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	**P**		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	**P**		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	**F**		
António Manuel Vieira	**F**		
Paulo Jorge Azevedo	**P**		

P-Presença **F-Falta**

Quando eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Alexandra Táboas e António Manuel Vieira.

A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião de 23 de fevereiro e não havendo intervenções, a mesma foi posta a votação tendo sido **aprovada por unanimidade.**

Seguidamente a Presidente da Assembleia solicitou ao deputado Jorge Ribeiro, para fazer uma súmula da última reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM-Alto Minho, na qual esteve presente.

Assunto nº 83	**Período de "Antes da Ordem do Dia".**

Aberto este período de "antes da ordem do dia", a Presidente da Mesa da Assembleia, solicitou a inscrição dos deputados para o uso da palavra.

Começou por dar a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves, que em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou uma moção sobre a Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de Depósitos Minerais em Melgaço, a qual ficará anexa à presente ata.

Antes de colocar a moção à discussão, a Presidente da Assembleia, informou que, a pedido da Câmara Municipal de Melgaço, tinha sido distribuído à entrada para a reunião, cópia de uma pronúncia da Câmara Municipal, sobre o assunto em questão, dirigida à Direção Geral de Energia e Geologia.

Posta a moção à discussão, interveio a deputada Manuela Lobato afirmando que este é um assunto que preocupa todos os melgacenses. Afirmou ainda, saber que outros executivos municipais, nomeadamente Monção, tomaram por unanimidade posição contra este pedido de prospeção e pesquisa de depósitos minerais. De seguida, questionou o executivo municipal sobre as diligências que encetou ou pretende encetar relativamente a este assunto. Finalmente, informou que o Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço está disponível para colaborar em tudo que seja necessário e defender os interesses dos melgacenses.

Seguidamente interveio o deputado Jorge Ribeiro, que voltou a mostrar a disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para colaborar relativamente à contestação ao assunto. Nesse sentido afirmou que seria mais positivo se a moção apresentada resultasse de um documento conjunto dos dois grupos parlamentares, já que em sua opinião teria mais impacto. Afirmou também saber que os três municípios (Melgaço, Monção e Arcos de Valdevez), estariam a preparar uma posição conjunta de defesa do território. Afirmou também, ter lido na imprensa declarações do Ministro da Economia que o deixaram preocupado, já que, embora sem se referir à zona em questão, afirmava que as zonas sinalizadas para pesquisa de Lítio, seriam autorizadas para prospeção.

Voltou a intervir o deputado Manuel Luís Gonçalves, para concordar com o deputado Jorge Ribeiro, em que é necessário encontrar uma posição que mobilize os grupos representados na assembleia: seja através de fusão de moções, seja através de sugestões, já que se trata de uma questão fulcral para

a região, que embora encontrando-se numa fase embrionária, necessita de uma oposição forte e que defenda os interesses do Concelho.

O deputado Manuel Fernandes usou da palavra para dizer que segundo, informações que possui, a prospeção não é exploração, acrescentando que se está a fazer uma tempestade num copo de água porque nada está definido, no entanto, podemos ter a certeza que o processo vai para a frente, porque o governo, este ou outro, está interessado. Terminou afirmando ter informações que no caso do terreno ser privado só podem fazer prospeção se este autorizar e no público também.

De seguida, interveio o deputado José Albano Domingues, para afirmar que da súmula das intervenções, resulta que a união faz a força e esta deve ser uma luta do Município, já que se vai lutar contra um monstro, personalizado no governo central e nos milhões de euros associados a um projeto desta envergadura. Entendeu, pois que toda a assembleia, deve subscrever o documento a enviar aos diferentes organismos. Afirmou que, embora não devamos ser alarmistas, não está esclarecido sobre esta matéria, pelo que seria importante aportar técnicos e experiências de outros locais do país que pudessem trazer esclarecimentos. Afirmou ainda, que a moção não é suficiente, não se pode ficar por aí, referindo que aquilo que o Ministro afirmou na Festa do Alvarinho e do Fumeiro, não o deixou tranquilo e que gostaria de ter ouvido uma maior firmeza na intervenção do Presidente da Câmara. Neste momento, existe uma publicitação no Diário da República mas não se sabe o que virá a seguir. É necessário unir esforços, desenvolver estratégias e se necessário ir a Lisboa.

O deputado Manuel Luís Gonçalves voltou a intervir afirmando que nenhum dos deputados é especialista em geologia e desconhece o verdadeiro impacto que poderá advir se se concretizasse a exploração. Em relação ao afirmado pelo deputado Manuel Fernandes, relativamente à ocupação de terrenos, informou que leu o Decreto e existem, através da via judicial, medidas para a ocupação de terrenos privados ou públicos. Finalmente afirmou concordar com o deputado José Albano Domingues em relação a posições conjuntas dos grupos parlamentares, dos deputados e também da CIM.

Usou novamente da palavra o deputado José Albano Domingues, apenas para esclarecer que se o projeto for declarado de interesse nacional, poderão partir para um processo de expropriação.

A Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Câmara se queria intervir neste assunto e o mesmo informou que, neste caso, e independentemente da cor política, tem havido grande sintonia entre os três municípios. Dessa articulação resultou um documento comum que já foi enviado a diversas entidades. Para além disso a Câmara Municipal de Melgaço foi a primeira a elaborar uma declaração, devidamente fundamentada, que foi hoje distribuída aos senhores Deputados Municipais, e que foi enviada para todas as entidades pertinentes.

Referiu também que, após a intervenção do Ministro Pedro Santos na abertura da Festa do Alvarinho e do Fumeiro e através de conversas paralelas a essa intervenção ficou mais tranquilo relativamente ao processo, já que o Ministro foi afirmando que serão tidas em conta todas as reclamações que durante o período de consulta pública sejam recebidas, e que haverá respeito pelas autarquias e populações.

Não havendo outras intervenções a Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção, apresentada pelos dois Grupos Parlamentares e esta foi aprovada por unanimidade.

De seguida interveio o Deputado Municipal Paulo Cerdeira sobre a Festa do Alvarinho e do Fumeiro. Começou por parabenizar a organização da mesma e agradecer a todos os envolvidos no evento que, em sua opinião, voltou um ano mais a ser um êxito. Aproveitou, também, para referir que este ano, melhorou bastante a publicitação da Festa, nomeadamente através da colocação de outdoors em vários pontos.

Terminou a sua intervenção referindo o problema da falta de estacionamento, que talvez pudesse ser minorado com a colocação de um "transfer" e também criticar a atuação da GNR relativamente ao modo de atuação durante os dias do evento, nomeadamente através de controlos de álcool e de velocidade.

Interveio de seguida o deputado Francisco Reis Lima que apresentou uma moção de congratulação pela eleição de elementos da Sub – Região de Monção e Melgaço para os órgãos diretivos da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

O deputado Manuel Luís Gonçalves, interveio para referir que o grupo do PS, apoia a moção apresentada.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues, que começou a sua intervenção voltando-se a referir às convocatórias e à entrega de documentação para as reuniões camarárias. Já em anterior Assembleia Municipal trouxera para debate o tema dos prazos das convocatórias e do envio da documentação referente às reuniões da Câmara municipal (assunto a que, com muita pena, se vêm obrigados a ter de voltar);

Então tendo defendido que o prazo, mínimo, de 2 dias úteis não estava a ser respeitado; Mostrando-se a lei e a jurisprudência claras no sentido de que não se podia contar, para esse efeito, nem o dia da entrega da convocatória nem o dia da realização da reunião; Com satisfação, e a consciência do dever cumprido, se tendo constatado que nas reuniões seguintes a convocatória e a documentação passaram a ser enviadas aos vereadores na sexta-feira anterior à da semana em cuja quarta-feira a reunião iria ter lugar.

Relembrou que o cumprimento da lei, também neste particular, é um imperativo do executivo camarário, e que o incumprimento somente a quem o promova pode aportar consequências.

Continuou referindo que soube que na última reunião do executivo camarário, do passado dia 17 de abril de 2019, se voltou a deixar de enviar a documentação na sexta-feira anterior. Desconhece o porquê, mas seguramente que o senhor Presidente da Câmara nos irá informar e dar nota de qual a razão. Perguntou se futuramente continuaremos a assistir a esta situação, singular, verdadeiramente peculiar, de um funcionário camarário, ou assessor da presidência, ter de, ao fim de semana, mesmo num domingo, durante o seu tempo de descanso, prescindindo de momentos de lazer ou do

seu tempo para estar com a família, ter de se deslocar ao edifício da Câmara Municipal (para todos os efeitos encerrado) para tratar do envio da documentação para as reuniões camarárias.

Aproveitou o ensejo, mais uma vez, para elogiar o cuidado, por parte da senhora Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, em que as convocatórias e a documentação para as reuniões nos cheguem a tempo e horas, e mesmo num tempo superior aos mínimos que a lei prevê, como aconteceu em relação a esta Assembleia, tendo presente que de permeio teríamos ao fim de semana da Festa do Fumeiro e do Alvarinho. Não se compreende porque é que tal não sucede, também, no que concerne às reuniões da Câmara Municipal.

Seguidamente o deputado Municipal referiu-se aos procedimentos concursais de contrato em funções públicas com o município. Referindo que chegou ao conhecimento da bancada ou Grupo da Coligação a ocorrência de situações merecedoras de reparo e mesmo o cometimento de irregularidades ou ilegalidades nos concursos para recrutamento de pessoas ou técnicos a afetar ao exercício de funções na Câmara Municipal de Melgaço.

Fez uma prévia ressalva para dizer que não questionam se existe intencionalidade, parcialidade, ou vontade de beneficiar determinados candidatos nos referidos concursos; sabendo bem como estas coisas funcionam, e como foge ao controlo ou escrutínio de um qualquer candidato a valoração atribuída, por exemplo, numa entrevista profissional de seleção;

E, não escondendo a surpresa (não só deles, como também do comum cidadão) por, num universo de 11 ou 12 candidatos um deles (por sinal dos com mais fraca avaliação curricular) ter obtido a pontuação máxima, de 20 valores, e a todos os demais ter sido atribuída a avaliação de 16. Prosseguiu dizendo que não estamos aqui para fazer qualquer tipo de acusações, mas aproveitámos para relembrar que "à mulher de César não basta ser séria. É preciso, também, parecê-lo". Realçamos, por isso, a necessidade de se moralizar este tipo de procedimentos, de se entranhar a necessidade do escrupuloso cumprimento dos normativos legais;

Reclamámos que os candidatos sejam tratados em (perfeitas) condições de igualdade e de imparcialidade, seja aquando da definição dos critérios de admissão e seleção, seja aquando da sua aplicação.

Reclamámos ainda, que os técnicos e colaboradores a prestar funções na Câmara Municipal e que são convidados, ou incumbidos, de integrar os Júris dos concursos, ou de encabeçar a responsabilidade das entrevistas, não sejam postos numa situação de poderem vir a ter algum tipo de problema ou de responsabilidade pelo cometimento eventual de algum tipo de irregularidade ou ilegalidade; Lembrámos que o senhor Presidente da Câmara é o responsável máximo do Executivo, o primeiro responsável pelo cumprimento dos normativos legais, o máximo superior hierárquico, a quem cabe não comprometer, antes proteger, os trabalhadores e colaboradores do Município, quando no exercício regulamentar das suas funções ou atribuições. E exigimos que se respeite aquilo que a lei dita a este nível, e, designadamente, a Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro; Evitando vícios de violação da lei que inquinem o procedimento, levando à necessidade da posterior anulação do aviso de concurso e à repetição de todo o procedimento, com os incómodos, transtornos, custos e frustração de expectativas daí decorrentes, como

aconteceu ainda muito recentemente; Designadamente por, em violação do prescrito no artigo 7º, nº 2, daquela Portaria, se atribuir à Entrevista Profissional de Seleção, enquanto método de seleção facultativo ou complementar, uma ponderação de 45%, quando aquele dispositivo legal apenas permite atribuir uma ponderação máxima, para a valoração final, de 30%.

Para terminar a sua intervenção abordou o último certame da Feira dos Produtos Locais e Festa do Alvarinho referindo que queria parabenizar todos os colaboradores da Câmara que trabalharam, arduamente, para que este evento fosse possível, em mais este ano, e lograsse atingir níveis de grande qualidade; Gostaríamos de parabenizar, também, os produtores locais, pela excelência dos produtos que fabricam ou confecionam, que expõem e comercializam; E ainda, realçar a qualidade das intervenções de alguns dos entrevistados, sem querer particularizar mas dando como exemplo, por aqui estarem presentes, os senhores deputados Jorge Ribeiro e Agostinho Alves, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço e Presidente da Junta de Freguesia da Gave, respetivamente, que fizeram um retrato radiográfico de uma Instituição de cariz social com mais de 500 anos de existência e que traçaram um quadro factual e histórico minucioso do nosso património, usos, costumes e tradições, contribuindo para levar o nome de Melgaço por esse país fora e aos quatro cantos do mundo.

Congratulámo-nos, finalmente, pela aposta, para nós positiva, numa carpa de maiores dimensões, tornando o espaço mais desafogado e o ar mais respirável.

E, aproveitaríamos para dar alguns contributos para que no próximo ano tudo corra, ainda, melhor (realçando que não se trata de críticas, mas de contributos para engrandecer mais ainda este evento). E, neste âmbito, dizer que tendo aumentado o espaço entendemos que deveriam estar presentes mais restaurantes (no espaço existente caberiam uns 8 ou 9) que confecionem os produtos locais e tradicionais (cremos, até, que este ano participou menos um do que em anteriores edições anteriores), acreditando que não faltará, seguramente, capacidade de atração de mais restauração.

Dizer, também, que as associações, empresas de turismo e de animação e empresas de artesanato, não podem ser votadas a um espaço de exposição de menor centralidade, tendo tido eco dos queixumes de alguns expositores que se lamentaram da falta de condições para trabalhar, pelo muito barulho no local onde estavam os stands, posicionados no alinhamento dos Grupos musicais, com as pessoas a sentarem-se à frente dos expositores ou a encostarem-se a tais espaços simplesmente para encontrar sombra;

E dizer, finalmente, que o saber, mérito, empenho e experiência acumulada em 25 anos por parte dos recursos humanos da Câmara Municipal unidos à volta da organização tem de ser secundados em igual nível pelo Executivo, dizendo-se isto a propósito de se ter divulgado que não teríamos a cobertura do evento pela TV, de no entretanto se ter decidido o contrário, de não se ter feito sequer a publicitação de tal cobertura no programa da Festa e de nos termos deparado com uma sobreposição da transmissão do programa em direto com a atuação de grupos musicais no palco principal da Feira, o que criou uma duplicação de conteúdos, não permitindo concentrar a atenção do público presente nem otimizar o acompanhamento de quem nos visita, tornando tudo um pouco mais confuso.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Rui Pinho, que começou a sua intervenção informando a assembleia de que no dia anterior tinham enviado as últimas as convocatórias aos membros da assembleia de freguesia para a tentativa de efetuar a reunião de assembleia. Como tal não foi possível, a Presidente da Assembleia irá agora dar conhecimento, ás entidades, de que o órgão não tem quórum, pelo que tal obrigará à realização de eleições intercalares em Paderne. O deputado voltou a relembrar a realidade em que se encontra a freguesia de Paderne, já que, devido à demissão dos membros da oposição, depois de chumbarem o orçamento de 2019, se encontra praticamente impossibilitada de realizar trabalhos importantes e que já estavam combinados com a Câmara Municipal, afirmando que essa oposição deverá ser responsabilizada pelo estado em que se encontra a freguesia. Referiu-se ainda, a calúnias e acusações sem sentido, que lhe têm sido dirigidas e que em sua opinião, apenas o pretendem atingir politicamente. Terminou solicitando ao Presidente da Câmara Municipal, informação sobre a situação das Termas do Peso.

Interveio de seguida o deputado Pedro Silva para apresentar à mesa dois requerimentos, que ficam anexos a esta ata, sobre algumas questões que em sua opinião não foram devidamente esclarecidas pelo executivo e para as quais pedem uma resposta por escrito.

O deputado Manuel Fernandes referiu-se à falta de rails na rotunda de Galvão e também na estrada entre Lourenços (S.Paio) e Pomares, que já motivaram acidentes, afirmando não saber de quem é a responsabilidade pela colocação mas alertando para o problema, que se passa também em outros acessos do concelho.

De seguida, referiu-se à situação dos acessos à freguesia de Paços, que estão intransitáveis, devido às obras de saneamento e, segundo ele à falta de responsabilidade da empresa que está a executar as referidas obras. Referiu ainda ser necessário ter mais cuidado com os acessos pedonais, enquanto decorrem as obras, o que não aconteceu no acesso da Rua da Fonte da Vila. Terminou referindo a intervenção do deputado Paulo Cerdeira afirmando que a GNR, apenas faz o seu trabalho.

Interveio depois o deputado Paulo Azevedo, para felicitar a organização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, na pessoa do senhor Presidente da Câmara e da Drª Isabel Domingues, um evento que, na sua opinião, deve orgulhar todos os Melgacenses. Deu depois testemunho, como participante na Festa, sobre a localização de alguns stands no exterior da tenda. Inicialmente achou bem e atrativo, mas ao longo do evento apercebeu-se de que o espaço não funciona, uma vez que as pessoas usavam a frente do stand para se sentar e apreciar os grupos musicais, não funcionou mas tem a certeza que tal será tido em conta. Terminou referindo que está preocupado com o acumular de lixo junto ao acesso ao castelo de Castro Laboreiro, tal é mais preocupante nos meses de Verão, pelo que solicitava que ali sejam colocados mais contentores.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que, em resposta aos deputados Paulo Cerdeira e José Albano Domingues, começou por se referir à Festa do Alvarinho e do Fumeiro afirmando que, conjuntamente com os produtores, tomou decisões certas, que estruturaram devidamente o evento, que está já colocado num patamar de

excelência, sendo, no país, dos que recebe maior número de visitantes. Tem uma imagem afinada e profissional, também devido à capacidade de excelência dos nossos produtos, onde se destacam os vinhos que crescem como fileira económica de uma forma muito interessante. Tem sido levado a efeito um planeamento estratégico, com imagem profissional, com a colaboração de toda a equipa da Câmara e do parceiro "Essência do Vinho", que nos permitiu em 2015 arrancar com a festa do Espumante e depois com o Alvarinho Winefest, em Lisboa, um evento importante para públicos diferentes. Referiu ainda que a festa está num patamar de excelência, pelo que apenas restará continuar a introduzir pequenos melhoramentos, alguns, que foram referidos nesta reunião serão tidos em conta na reunião de avaliação que anualmente se faz com os produtores.

Em relação à vinda da RTP, afirmou que havia a exigência por parte do município de no 25 aniversário do evento, trazer um canal que através da qualidade realçasse a festa e o município. Esse canal era a RTP, contudo, o mesmo não mostrou disponibilidade já que tinha um programa marcado para a mesma data. Depois disso tivemos um verdadeiro assédio da TVI, para estar presente no evento, mas respondemos negativamente já que consideramos que o programa emitido pela TVI não se adequa ao desejado. Finalmente na segunda-feira de Páscoa a RTP, informou-nos que iria iniciar um novo programa no domingo à tarde e que estariam interessados em começar no nosso Concelho. Embora tivéssemos toda a programação feita, inclusive a programação para o domingo à tarde, achámos que deveríamos aceitar a presença do novo programa da RTP, um programa de qualidade que deu nota daquilo que somos e daquilo que acontece em Melgaço.

Relativamente á intervenção do deputado José Albano Domingues, quanto ao envio de documentação relativa às reuniões da Câmara Municipal, afirmou que desde o momento em que o executivo assumiu que era adequado ter em consideração o prazo de 2 dias, isso tem sido cumprido de forma escrupulosa. Relativamente à reunião referida pelo deputado, procurou-se enviar a documentação na sexta-feira, mas havia um assunto que dependia do envio de documentação pela Real Confraria do Vinho Verde Tinto. Essa documentação só chegou no sábado à noite, daí que só pôde ser enviada no Domingo.

Quanto ao assunto levantado sobre os concursos, o deputado municipal elogiou a equipa técnica da câmara relativamente a alguns eventos, mas segundo o Presidente esses elogios são dignos de ser alargados a outras áreas dos recursos humanos da autarquia, que têm tido uma capacidade de resposta invejável, com uma capacidade de resposta permanente às necessidades, inclusive aos concursos que se vão realizando. No entanto, nada é infalível. Deu – se nota da fragilidade do concurso e anulou-se. Tem sido objetivo deste executivo recrutar os melhores, e é isso que tem acontecido nos diversos concursos.

Voltou depois a referir-se à Festa do Alvarinho e do Fumeiro para esclarecer a questão da restauração, informando que estiveram representados no espaço do evento, todos aqueles que demonstraram interesse. Louvando os que estiveram e demonstrando que para o ano, gostaria de contar com esses e com mais.

Em relação à intervenção do deputado Francisco Reis Lima, congratulou-se por ver a capacidade da região (Melgaço-Monção), de se impor na região dos Vinhos verdes. É a força da nossa região que faz com que tenhamos uma presença reforçada na região.

Em resposta à intervenção do deputado Rui Pinho, referiu que o executivo está a acompanhar de perto a questão política da freguesia de Paderne. Em relação à questão das termas afirmou, para já, não querer adiantar nada, já que é um assunto delicado e se estão a tentar encontrar soluções. Assim que houver novidades, dará conta à Câmara Municipal e à Assembleia.

Em relação ao deputado Pedro Silva, assumiu que o executivo responderá, por escrito, aos requerimentos entregues pelo deputado.

Quanto à intervenção do deputado Manuel Fernandes afirmou que em relação à falta de rails, todos os anos, em colaboração com as juntas de freguesia, se vem intervindo nessa questão. Em relação a Paços, deu razão ao deputado, que realmente uma dessas áreas está num estado complicado de acesso. Mas com toda a certeza, que próximo do mês de agosto, praticamente toda a freguesia estará com a repavimentação adequada para que as vias fiquem com a qualidade necessária para servir a população.

Em resposta à intervenção do deputado Paulo Azevedo relativamente à recolha de resíduos em Castro Laboreiro, informou que durante o mês de agosto, se reforça o número de contentores, assim como o número de recolhas que se achar convenientes. Disse ainda, que em relação a Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, vão intervir de forma a que os ecopontos sejam enterrados e também que exista um tratamento paisagístico diferente para os contentores de resíduos sólidos orgânicos, de forma a que tenham outro enquadramento.

O deputado José Albano Domingues pediu o uso da palavra para solicitar ao Presidente da Câmara que em relação ao atraso da documentação para a reunião camarária, dissesse qual foi o documento que veio atrasado, facultando o número de registo e o dia e hora em que deu entrada nos serviços da câmara. Em relação aos procedimentos concursais, afirmou reconhecer a capacidade técnica dos recursos humanos da autarquia, salvo raras exceções e por isso mesmo, afirmou não acreditar, que tenham sido os elementos do júri a darem indicações erradas. Realçou também o caso de um candidato que teve a pior avaliação na análise curricular e depois teve 20 valores na parte da entrevista, enquanto outros não passaram dos 16 valores. Relativamente à Festa do Alvarinho, afirmou que a pontuação máxima da sua bancada vai para os recursos humanos da câmara e não para a Essência do Vinho. Em relação à questão dos restaurantes afirmou não acreditar que algum queira, voluntariamente, não estar presente na feira.

O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para referir que relativamente aos concursos, não iria adiantar mais nada. Quanto aos restaurantes, referiu que não é por falta de condições que os mesmos não participam, desafiando alguns deputados que trabalham nesse ramo, a pronunciarem-se. Em relação à festa afirmou que a nota máxima é para a própria festa, tem sido muito importante o extraordinário trabalho dos funcionários da câmara, mas também é fundamental a parceria com profissionais ligados a eventos destes que vêm somar qualidade aquilo que já se vinha fazendo.

Voltou a falar o deputado José Albano Domingues, para esclarecer que não dissera que em relação à questão dos restaurantes houvera falta de estímulos ou condições. Têm tido feed-back que é difícil arranjar pessoal e que também não é fácil recuperar o investimento aplicado no evento.

Assunto nº 84	**Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;**

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente referiu que, dado o avançar da hora e dado que alguns assuntos que aí constam já foram conversados ao longo do período antes da ordem do dia, achou que não deveria acrescentar mais nada.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Jorge Ribeiro que começou por dizer que se congratula, com estas assembleias participadas e discutidas. Relativamente a este ponto, referiu que os documentos estão mais compactos e referem-se cada vez mais à atividade da câmara. Quis deixar ainda algumas notas, uma delas tem a ver com as reuniões de câmara descentralizadas. Têm verificado que a adesão tem sido fraca. Em primeiro parece-lhe que é um exagero o número de pontos que são levados a essas reuniões, outro dos motivos pelo que isto possa acontecer e já tinha dado essa sugestão, para captar público, era a de se encontrar sempre um ponto de interesse para aquela freguesia. Outra das notas tem a ver com a ratificação da posse administrativa do prédio à entrada da vila. Está na informação da Câmara que fora ratificada a decisão de proceder à posse administrativa e supondo que fora pela necessidade ou urgência de arrancar com as obras, gostaria de saber o que é que se passou depois dessa reunião, porque até agora nada parece ter sido feito. Terminou por dizer que houve um evento entre a Santa Casa da Misericórdia, a Universidade do Minho e a Câmara municipal, que gostaria de ter visto na informação que foi enviada.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que em resposta ao deputado, referiu que em relação às reuniões descentralizadas, achamos que era proveitoso encetar esse processo e, de 2 em 2 meses, levarmos a reunião pública para fora. Não há, no nosso município, um histórico de interesse da população em assistir a estas reuniões. Está provado que não faz grande sentido, no entanto, não devemos abandonar já o modelo, devemos mantê-lo e ver ajustamentos a fazer. Nalgum momento conversou-se sobre decorrerem noutro momento do dia, mais tarde ou à noite, para as pessoas poderem estar. Podemos reavaliar a questão da hora para ver se tem mais pessoas. Quanto aos assuntos presentes nas reuniões descentralizadas, não há nenhum propósito em pôr nessas reuniões mais assuntos. Chegou a haver uma ou outra reunião com 3 ou 4 assuntos. O que acontece é que as reuniões públicas descentralizadas, por serem públicas têm mais assuntos pois há assuntos que forçosamente ser tratados nesse tipo de reuniões.

Relativamente à posse administrativa, havia urgência e aconteceu, um ou dois dias depois, da reunião se ter realizado, fomos lá, temos relatos e documentos que comprovam isso. Fez-se intervenção na cornija, na fachada, porque havia risco de cair e estávamos perante a possibilidade de fazer a posse administrativa. Recuamos e suspendemos porque as pessoas proprietárias (filha do casal), pediu-nos para suspender, garantindo que iriam fazer a intervenção mais profunda. Suspendemos a posse administrativa, porque houve este pedido e estamos à espera de comprovar se a intervenção é feita, para acionarmos ou não a posse administrativa.

Seguidamente solicitou a palavra o deputado Manuel Fernandes para falar de dois subsídios que foram atribuídos: um para a festas da Casa do Povo no valor de 6.000 euros e outro para o Centro de Apoio ao Doente Oncológico no valor de 3.000 euros, questionando qual deles teria mais interesse para a população.

O deputado Jorge Ribeiro, questionou o Presidente da Câmara, referindo que ele tinha dito que há assuntos que têm que ser aprovados em reuniões públicas?

O Presidente da Câmara respondeu dando o exemplo de processos, relacionados com o PDM.

O deputado Jorge Ribeiro, voltou a intervir dizendo que não concorda com a análise que o Presidente da Câmara fez, ao dizer que está provado que é um erro, as reuniões serem todas públicas.

Assunto nº 85	**Informação sobre os Acordos de Execução em vigor;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma introdução ao assunto. O mesmo começou por dizer que trouxera a esta Assembleia a informação sobre a prorrogação dos Acordos de Execução para as seis freguesias com as quais foram celebrados no ano passado. Estava agendado, entretanto, aconteceu que hoje foi publicado o Decreto-Lei 57/2019, que regulamenta as relações de transferência de verbas, no âmbito das competências das freguesias, obrigando a fazer de imediato, a suspensão desta prorrogação dos Acordos de Execução e abrindo, face ao novo Decreto-Lei, um período de 90 dias para nova discussão com as Juntas de Freguesia.

Não houve pedidos de intervenção neste assunto.

Assunto nº 86	**Análise e deliberação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fizesse a introdução ao assunto. O mesmo convidou a arquiteta Patrícia Cunha para fazer a apresentação do relatório. Após a apresentação do mesmo, solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro que começou por dizer que não tinha consultado o documento, também não houve nenhum tipo de proposta e talvez fosse boa ideia repensar para além daquilo que a Lei nos obriga. Pensar na forma de darmos uma maior

visibilidade, uma maior nota de que estes documentos estão em discussão e que permita dar os nossos contributos. O trabalho é muito extenso, muito bom e minucioso, dando os parabéns aos técnicos que nele estiveram envolvidos. A arquiteta focou a parte urbanística, contudo o deputado quis deixar algumas notas, uma delas é a taxa de crescimento de emprego, que em Melgaço está nos 4% enquanto a média é 10% no Alto Minho e o emprego gerado pela economia em Melgaço é de 2%. São números preocupantes e os problemas demográficos já se sabe que existem. Um número que chamou a atenção do deputado é que as matrículas no ensino não superior reduziram 50% em 15 anos. Dentro de pouco tempo não teremos gente para trabalhar. Sendo muito preocupante os próximos anos, não vai haver reposição e estes números vão crescer a uma velocidade exponencial e, se daqui a alguns anos não acontecer algo diferente, não teremos população ativa para tratar dos nossos idosos.

Relativamente à educação, falta referenciar no relatório o pré-escolar da Stª Casa da Misericórdia. Considerou ainda que há outros problemas maiores que não são referidos no documento. Relativamente às respostas sociais, na página 61 falta referência ao Centro Interparoquial e Social do Alto Mouro e falta a referência à Stª Casa da Misericórdia de Melgaço, ou então o documento que chegou é ainda, o anterior. Para terminar, referiu que por não concordarem com alguns encargos que são as forças e as fraquezas do nosso Município, o voto da sua bancada seria a abstenção.

Seguidamente usou da palavra o deputado Paulo Cerdeira para deixar algumas sugestões. A primeira é para quem está no sector vitivinícola, na construção de adegas, que se debate, por vezes, com problemas criados pelas instituições que têm que consultar para terem as autorizações e todos já tiveram a possibilidade de ficar indexados às adegas e pensar num futuro em investimento, porque Melgaço no sector do vinho vai continuar a crescer. Sabe que a arquiteta já está a fazer esse trabalho, para o qual já deixaram as suas sugestões, para que isso pudesse ficar definido no próximo PDM. Em seguida felicitou o Presidente da Junta de Alvaredo, o Presidente da Câmara e técnicos pela estrutura construtiva que criaram na zona empresarial de Alvaredo, da maneira como se aproximaram da população e sobretudo, terem chegado lá de coração aberto e elevar a fasquia por metro quadrado, pondo um valor mínimo, sabendo que foi uma proposta e dada as circunstâncias bastante agradável. Pensando no futuro, se um dia vier uma grande superfície para Melgaço ou pudermos pensar numa outra zona industrial, existe uma zona por detrás da garagem do Ruben, com cerca de 6/7 hectares, plana, próxima da vila.

Foi dada de seguida a palavra ao deputado José Albano Domingues que relativamente a este relatório referiu: trata-se de um documento que traça uma radiografia do território aos níveis geográfico, hidrográfico (rios), orográfico (topografia/paisagem), mas também populacional, da densidade populacional, empresarial e da empregabilidade; havendo dados, elementos, estatísticas, nele refletidos, que nos deixam profundamente preocupados. Desde logo quanto à população, que decresceu para cerca de metade entre os anos de 1950 e 2011; depois quanto ao desequilíbrio na distribuição da população residente, com muita concentração na zona urbana; e importando atentar na pirâmide invertida, com um envelhecimento assustador, com 1 jovem para 4 idosos, quando em 1950 tínhamos 3 jovens para cada idoso.

Ao nível empresarial de reter que do ano de 2013 em diante o número de empresas cresceu a um ritmo de 4% ao ano, menos de 1/2 da média do Alto Minho (9%), uma fraca dinâmica empreendedora à qual também está ligada a falta de disponibilização de condições para o efeito (falta de lotes em zona industrial, dificuldades postas para a construção, etc...), e sendo que entre 2012 e 2013 os empresários passaram de 669 para 1138 não porque tivessem crescido em igual medida (como ouvimos o senhor Presidente da Câmara dizer, em campanha eleitoral, terem crescido) mas tão-somente porque se operou a sua entrada no sistema, porque foi feita a formalização dos negócios em ordem a poderem fazer a faturação e a poderem candidatar-se aos subsídios e apoios.

Ao nível do emprego está preocupado porque, em igual período (de 2013 a 2016) cresceu à razão de 4% ao ano, quando o Alto Minho, em igual período, cresceu 10%, sendo Melgaço quem menos contribuiu para criar emprego no distrito, com apenas 2%. Entendem que o documento em questão – REOT – é, neste conspecto, um diagnóstico atual e correto, que nos deve fazer pensar, matutar, ponderar, refletir, em ordem a assumir, sem melodramas, o que está mal, o que se tem feito de menos bem, ou o que não foi feito, e trabalhar, de uma forma mais incisiva e acutilante, para conseguir reverter as referidas tendências. Relembrando-se uma série de apostas não vingadas, no que concerne àquelas que foram as linhas mestras ou eixos programáticos fixados para o PDM de 2013, e, designadamente:

- A não otimização do funcionamento do Parque Termal;
- A falta de implementação de novas áreas industriais;
- A falta de crescimento da produção animal, de gados ovino e bovino;
- O abandono dos campos particularmente na zona de montanha;
- A não inversão do processo de despovoamento e abandono das freguesias;
- O não reforço e valorização, antes e até perda, de serviços de proximidade;
- A não consecução da aposta na fixação da população ativa jovem e dos quadros técnicos superiores no concelho;
- E a falta de promoção e de revitalização do comércio local.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dizer de uma forma muito transversal, que o documento procura ser mecanográfico do território, que está brilhantemente bem feito, muito bem construído por uma grande equipa de trabalho que trabalha naquilo que é estruturante e essencial para o território, deixando de seguida o reconhecimento público à equipa pelo trabalho que tem feito, pelas dificuldades que passam, porque este trabalho de planeamento é um trabalho ingrato do ponto de vista do esforço, do ponto de vista do entendimento com as pessoas. Anunciou que a equipa foi reforçada com a entrada de mais 2 técnicos, resultante de concurso e com pessoas de grande qualidade. É um documento que procura fazer radiografia do território, com aquilo que o território é, gostaríamos de ter a pirâmide no sítio certo, mas está como está, porque desde de 1961 temos feito societariamente o percurso que fizemos. E se nós não perspetivarmos o futuro sem olhar para o passado de certeza absoluta que não podemos progredir. Este documento é um documento base

para um documento novo, que é a revisão do PDM, que procura ter um pensamento de futuro.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".**

A bancada da Coligação P'ra Frente Melgaço ficou de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 87	**Análise e deliberação da proposta de participação na Confraria do Vinho Verde Tinto;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente começou por dizer que já houve uma situação parecida com esta no final do ano passado, em que se trouxe a esta assembleia o processo para formalizar a participação na Real Confraria do Vinho Alvarinho, não achando agora haver necessidade de fazer grandes comentários. O que está em causa é apenas a autarquia tornar - se Confrade Protetor da Confraria do Vinho Verde Tinto.

Aproveitou, ainda, para dar nota ao deputado José Albano Domingues, que no seguimento da intervenção, que fez anteriormente, em relação a esta questão, lhe fará chegar também a prova do envio, pela Confraria, dos documentos relativos ao assunto, que apenas chegaram no domingo, às 17horas.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 88	**Análise e deliberação da proposta de alteração do mapa de pessoal;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse uma breve introdução ao assunto.

O Presidente começou por dizer que foram feitas algumas correções à orgânica da Câmara durante o ano e que foram consolidadas no final do ano de 2018 e chegou a hora de se fazer o ajustamento do organigrama e do quadro que corresponde a ele, e é isso que vem hoje à assembleia.

Não houve pedidos de intervenção.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº89	Análise e deliberação de assunção de compromisso plurianual;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que apresentar o assunto em análise.

O Presidente da Câmara começou por dizer que vem a esta reunião a contratualização com o IPDT, pelo período de 3 anos, na área do turismo. É importante fazer um trabalho de forma sustentada e permanente, esse trabalho está no planeamento estratégico e nas ações correspondentes a essa comunicação.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro para referir que têm alguma reserva quanto a estas contratações, de trazer conhecimento para o território, porque não privilegiam o conhecimento que há no território. Comunicou ainda que o seu grupo parlamentar fará chegar uma declaração de voto. Parece-lhes que mais este compromisso somado a mais outros, o que é aquilo que é a aposta em comunicação, que para além de não corresponder a um plano, são medidas desgarradas a aparecerem umas atrás das outras. Está-se a falar de fotógrafos, fotos publicitárias, consultoria de imagem, etc. Quando somamos tudo, de repente está-se a falar de valores que ultrapassam em muito o esperado. Defendem a comunicação pois é essencial, isto é, não é possível haver uma gestão sem uma boa comunicação, é preciso a promoção do concelho e do território e não lhe parece que seja isso o que está a acontecer.

Em resposta o Presidente da Câmara disse que, em 2015 perdeu-se uma pessoa dos recursos humanos, que trabalhava exclusivamente na área da comunicação, com uma despesa de peso. Com menos do que essa despesa temos hoje uma empresa contratualizada para fazer comunicação. Não criamos despesa ao município, apenas substituímos despesa na área do pessoal que passou a despesa na área de serviço. Acrescentamos a essa comunicação uma contratualização na área da fotografia. Achamos que é fundamental ter alguém na área da fotografia para comunicar aquilo que se faz ao longo do ano, no município. Não para promover pessoas, mas sim o município. Esta questão tem a ver com planeamento na área de turismo, de colocarmos o território num patamar elevadíssimo nessa área. É fundamental, e do nosso ponto de vista, achamos já ter bons resultados. Iniciamos este processo há cerca de dois anos, achamos que é fundamental para o território manter este processo de trabalho estratégico na área do turismo.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".**

A bancada do Partido Socialista ficou de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº90	**Análise e deliberação de proposta de contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000.00 euros.**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse uma breve apresentação do ponto.

O Presidente da Câmara começou por referir que todos os anos se traz à assembleia este assunto, um instrumento de tesouraria da Câmara, que tem sido sempre aprovado e raramente é utilizado. Em todos estes anos, foi utilizado em 2015 e no ano passado alguma verba deste empréstimo, para fazer face a dificuldades de tesouraria. Este ano trazemos um bocado mais tarde, do que é habitual, já com o processo adiantado e o relatório final que dá como vencedor, entre os vários bancos e instituições concorrentes, a Caixa de Crédito Agrícola que oferece melhores condições.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra o deputado José Albano Domingues que referiu que: aquando da receção da documentação referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 não encontraram qualquer previsão da contração de empréstimos de curto prazo para o corrente ano. Comentaram até, num círculo mais restrito de pessoas, que tal constituía uma evolução positiva. O Executivo camarário PS, porém, cedo deixou cair este nosso encanto. Apresentam-se como argumentos justificativos deste pedido de empréstimo a sazonalidade na cobrança da receita fiscal e a própria natureza de algumas rubricas orçamentais da receita, tais como as rendas eólicas e o IMI. Trata-se dos mesmos argumentos apresentados para justificar a contratação deste tipo de empréstimos em anos anteriores. E não colhem porque a cobrança da receita municipal não sofre qualquer significativo desvio de tempos ou *timings* de ano para ano, encontrando-se previamente escalonada no tempo. Já quanto às rendas eólicas e ao imposto municipal sobre imóveis (IMI) se sabe, antecipadamente, por imposição contratual e em decorrência legal, quais são os prazos em que as mesmas irão ser recebidas e cobradas;

O que sucede, em não se tratando de escamoteada mitigação da realidade, é, antes, de dificuldades de tesouraria fruto de um deficiente ou erróneo planeamento, gestão e/ou execução por parte do Executivo. Têm presente que a lei não proíbe a contração deste tipo de empréstimo, e que o mesmo tem de ser pago até final do atual exercício orçamental, mas também não podemos cair na máxima de que se não é proibido então é porque é para se fazer. Entendem que o recurso a empréstimos não pode ser visto, tendo presente os referidos circunstancialismos, como um instrumento ou ferramenta para suprir constrangimentos de tesouraria.

O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para dizer que a lógica que apresenta de argumentação é completamente disparatada. Um empréstimo a curto prazo é claramente um instrumento de tesouraria, não serve para resolver problemas orçamentais, serve para num determinado momento resolver pagamentos que é preciso fazer que depois terão

tive que recorrer a um empréstimo, desde então já me ofereceram mais 3, o último dos quais há 3 semanas, e respondi ontem por email ao senhor gerente a dizer que lamentava, que no momento não pretendia amortizar o empréstimo que tenho pendente, porque as condições que oferecem não me interessam, nem pretendo fazer mais investimento. E quase que o senhor gerente ficou aborrecido, insistia para que eu gastasse na minha empresa 50 mil euros, e eu disse rotundamente que não. E daí o senhor poderá verificar que aquilo que estou a dizer não é pura demagogia.

Para terminar o Presidente da Câmara esclareceu que quando se referia à questão da qualidade de empresário, não se estava a referir às empresas, mas sim ao conhecimento que tem daquilo que é a gestão de uma empresa e o facto de não precisar de um crédito para a empresa é bom sinal, é sinal que está a trabalhar bem. Há outras empresas também com grande nome que precisam.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".**

As bancadas do Partido Socialista e do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço", ficaram de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº91	**Análise e deliberação dos documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2018;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse uma breve apresentação do ponto.

O Presidente da Câmara através de suporte informático, apresentou o tema em discussão.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Pedro Silva que começou por pedir esclarecimento sobre a dívida a fornecedores que aumentou mais de 50%, passando de 416 mil para 837 mil e a de outros credores que aumentou de 564 mil para 720 mil euros, perguntando se o Presidente poderia tranquilizar os deputados, de que tal não é um sinal de degradação das contas.

Referiu ainda que o resultado líquido do exercício caiu mais de 450 mil euros e que o resultado operacional se degradou imenso, sendo agora de perto de 1 milhão de euros negativo. O grau de execução melhorou relativamente ao ano anterior, embora fosse impossível voltar a ter um ano de estagnação como 2017, no entanto a execução fica à volta dos 60%. O grau de execução do Plano plurianual de investimentos, onde estão inscritas as obras/investimentos charneira para o território, ficou-se pelos 49.98%, ou seja, metade do que disseram que iam fazer. Algumas destas obras, que são importantes para o concelho, eternizam-se nestes quadros com graus de execução zero, embora na comunicação social sejam anunciadas com pompa e circunstância.

financiamento próprio. Não vendo qual é a dificuldade e sobretudo alguém que está na área empresarial sabe o que é uma conta calcinada. Nós não temos contas calcinadas, não podemos ter. A utilização deste instrumento tem sido absolutamente residual, é um instrumento que podemos deitar mão dele, que não nos custa dinheiro, a não ser que o utilizemos. Qualquer outra câmara municipal, de qualquer outro partido, seja ele qual for, tem este instrumento. E a CIM Alto Minho utiliza este instrumento. Ainda no ano anterior viu o deputado Jorge Ribeiro votar favoravelmente este instrumento na CIM Alto Minho. Não vejo qual é a dificuldade de o ter e sobretudo de o agregar à boa gestão ou não, ou ao bom percurso das finanças locais ou não, o que é um verdadeiro disparate, o que não faz sentido.

Seguidamente pediu a palavra o deputado Jorge Ribeiro para referir que já no ano passado falaram sobre isto. Todos nós fomos eleitos para a CIM, percebemos o espaço que é a CIM. É um órgão não de combate político, que apesar de sermos representantes, no meu caso, no caso de Melgaço, representante da oposição, há um acordo de cavalheiros de aceitar, aquilo que já foi decidido pelo conselho, foi algo que foi decidido pelos nossos presidentes, é assim que estou lá e é assim que tento aceitar. O senhor Presidente da Câmara de Melgaço participou nessa decisão, apesar de não ser presidente da Câmara da minha bancada, aceito e respeito, é com essa dignidade e nobreza que tem que ser vista, o que é a atuação da CIM e o que é a atuação aqui. Ainda ontem teve oportunidade de falar com o representante da bancada do Partido Socialista na CIM no que respeita à nossa atuação na CIM. Esta tem que ser uma atuação em uníssono, em defesa do nosso território e é com esta postura que estou lá.

Em resposta à intervenção do deputado Jorge Ribeiro o Presidente da Câmara referiu que o deputado utilizou uma expressão absolutamente deliciosa, na CIM o deputado está lá e faz as intervenções de acordo com aquilo que considera ser boa gestão, não faz política. Aqui não é a gestão que está em causa, mas sim a política. Assumirmos ou não um instrumento destes, não é uma questão de gestão, mas uma questão de política, claro que do ponto de vista da gestão é um instrumento correto.

O deputado José Albano voltou a solicitar da palavra, lamentando ter que falar novamente no mesmo assunto, relembrando que está numa reunião de assembleia municipal que é um órgão deliberativo e fiscalizador, ou então não sabe o que está aqui a fazer. Sabe que o senhor Presidente tem uma autoestima elevada, mas tem que aprender a conviver com a crítica, com aquilo que nós dizemos que pode não lhe agradar. Se alguma vez usou alguma palavra menos decorosa com o senhor Presidente, que me seja exemplificado o termo. Há pouco referiu que lhe estavam a deitar areia para os olhos e agora referiu à argumentação disparatada. Efetivamente fiz menção que os argumentos apresentados, como justificativos e fundamentadores da contração deste empréstimo, não colhem a minha perspetiva. Quando o senhor presidente diz que a argumentação é disparatada, está-se a referir aos argumentos para a contração de empréstimo? Não estou aqui para argumentar nada, eu estou aqui a fazer uma apreciação. Um outro aspeto, é que o senhor Presidente tem esta preferência ou por mim ou pela minha atividade empresarial, pois já no ano passado fez referência à mesma. Digo-lhe e posso mostrar documento próprio, quando criei um dos meus negócios em Melgaço,

Continuam também a não executar metade das verbas inscritas para as freguesias, não as dotando de instrumentos suficientes de gestão.

Houve a preocupação legítima de equilibrar as contas e de diminuir a divida bancária, mas não estará agora na hora de se aproveitar essa folga e avançar com um programa de investimento mais arrojado? Um programa que não passe pela contratação de consultorias, de promoção, de comunicação, mas que crie riqueza, que traga mais-valias para a população e que capte novas populações: habitação, industrialização, educação, investimento e requalificação de equipamentos (ex: Centro de estágios). Apoiar mais as Juntas de Freguesia, onde a execução das transferências de investimento se ficou pelos 42%.

Finalizou a sua intervenção referindo-se à Melsport, salientando que continua a ter uma situação de exploração frágil, dependendo completamente das transferências do Município, que aumentou em mais de 100 mil euros essas transferências, através do aumento da faturação da Melsport à CMM. E aqui existe um problema já que o tribunal de contas não aprova as contas desta forma, pois considera que esta faturação encapota um subsídio à exploração, podendo entrar a Melsport em situação de liquidação automática. Existe ainda outro problema com a incapacidade de investimento na modernização e conservação. Mais ano menos ano, teremos um equipamento obsoleto e degradado que entrará num ponto de não retorno.

A Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir sentir-se sensibilizado pelo elogio do deputado relativamente ao documento apresentado. Quanto ao investimento em equipamento registou, termos folga e podermos fazer esse investimento. Já fizemos uma candidatura ao IFFRU, tendo em vista a recuperação da piscina municipal. Como sabem não existe nenhum financiamento comunitário que abranja esta recuperação, pelo que teremos que recorrer ao crédito bancário. Em relação às Juntas de Freguesia continuamos a fazer o esforço para que possuam os recursos necessários aos investimentos que pretendem executar. Ainda recentemente foram inauguradas duas casas mortuárias. Continuamos também a fazer investimentos na rede viária. Em relação às despesas de capital fizemos uma aceleração enorme, tendo sido possível colocar no terreno diversos investimentos de capital e, este ano, será um ano de continuidade desses investimentos. Temos um conjunto de projetos, como o ciclo urbano da água, já aprovado um projeto de valorização da Rota do Alvarinho. Estamos a fazer bem, um percurso que achamos correto, colocando no terreno, um conjunto de execuções. Em relação à divida não parece que haja indício de degradação. A divida a fornecedores tem momentos em que cresce acentuadamente, e isso tem a ver com a aceleração das obras, mas está completamente controlada. Reduzimos os pagamentos em atraso e também o prazo de pagamento aos fornecedores. Em relação à Melsport o Tribunal de Contas deu-nos nota da não aprovação das contas de 2015. Respondemos esclarecendo a entidade sobre aquilo que nos pediram e cumprimos as exigências que nos solicitaram. Entretanto houve alteração legislativa sobre as empresas municipais, que nos permite olhar para a gestão deste equipamento com outro conforto. O Centro de Estágios é uma preocupação do ponto de vista da preservação do equipamento, vamos agora substituir o relvado sintético, depois de termos feito uma intervenção no relvado natural e

simultaneamente com a intervenção nas piscinas, estaremos com outra empreitada no sentido de conservar aquilo que são os pontos cruciais do Centro de Estágios. Estamos a fazer a gestão que consideramos mais adequada, quer para a Melsport, quer para a CMM. Não há nenhuma degradação nas contas, há sim uma recuperação das contas que as tornam cada vez mais sadias.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".**

As bancadas do Partido Socialista e do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço", ficaram de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº92	**Análise e deliberação da Revisão Orçamental nº1;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O Presidente deu nota daquilo que é esta revisão orçamental, a aplicação do saldo de gerência. Infelizmente gostaria que fosse um saldo de gerência de dois milhões, não é, é bem menor, mas é o saldo de gerência que estamos a aplicar naquilo que é o nosso orçamento.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº93	**Período de Intervenção do Público;**

A Presidente da Assembleia questionou se, alguém do público queria colocar alguma questão, não tendo havido nenhuma intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 22horas, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.
Maria de Fátima Teixeira Pereira *Presidente da Mesa da Assembleia*
António Manuel Domingues *1º Secretário da Mesa da Assembleia*
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues *2ºsecretária da Mesa da Assembleia*

Reunião 30/04/2019

Assunto nº 07 – Análise e deliberação de assunção de compromisso plurianual

Trata-se de continuar a desenvolver um projeto e uma estratégia para o turismo de Melgaço, pretendendo afirmar o Turismo como plataforma privilegiada para o desenvolvimento económico, social e ambiental de todo o território concelhio.

Após um primeiro ano de implementação a estratégia seguida teve já resultados que necessitam nos próximos anos de ser aprofundados e capitalizados a médio e longo prazo.

È neste sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a assunção do presente compromisso plurianual

Melgaço, 3 de Maio de 2019

O Grupo Parlamentar do PS

Reunião 30/04/2019

Assunto nº 08 – Análise e deliberação da proposta de contração de empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00€

A Lei nº 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) prevê o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria.

Este financiamento a curto prazo também não é relevante para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terá de ser integralmente amortizado.

Neste contexto depois de aferir os meios necessários para uma boa gestão de tesouraria, no presente ano económico (2019), e prevendo que, dada a execução de projetos financiados por fundos comunitários, poderá ser necessário estabilizar os saldos do orçamento de tesouraria, o executivo propõe a contração do presente empréstimo de 600.000,00€.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada à Assembleia Municipal

Melgaço, 3 de Maio de 2019

O Grupo Parlamentar do PS

Concelhia de Melgaço do Partido Socialista | Av.ª Capitão Salgueiro Maia, n.º 264 - r/c, 4960-570MELGAÇO
Contactos: 967 030 935

Reunião 30/04/2019

Assunto nº 09 – Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2018

A Conta de Gerência de 2018 é um documento essencialmente técnico que visa apresentar a situação económica no referido período.
A documentação presente à Assembleia Municipal apresenta, de forma clara e transparente, aquilo que foram as execuções orçamentais relativamente ao ano em causa.

Depois de termos votado favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento de 2018 e após verificar uma excelente taxa de execução, para além do voto favorável não pode o Grupo do Partido Socialista, coerentemente, deixar de se congratular com o trabalho levado a efeito pelo executivo municipal e que transparece perfeitamente no documento apresentado.

È também de salientar o lançamento de inúmeros investimentos e a diminuição do endividamento a médio e longo prazo.

São resultados, da envergadura dos obtidos na presente Conta de Gerência, que continuam a solidificar e a credibilizar o projeto de desenvolvimento, para o concelho de Melgaço, desta maioria socialista.

Pelo exposto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a Conta de Gerência de 2018.

Melgaço, 3 de Maio de 2019

O Grupo Parlamentar do PS

PRÁ FRENTE MELGAÇO

Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP SOBRE O SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO PONTO 4 DA ORDEM DO DIA "ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO"

Assembleia Municipal de 30/04/2019

O documento que nos foi remetido para análise e votação neste ponto da ordem do dia é um documento extenso, onde é notório a dimensão técnica do trabalho efetuado, compilado e aqui vertido. É, por isso, merecedor do nosso respeito, de uma análise cuidada.

Mais salientamos que fica aqui bem patente a capacidade técnica da equipa municipal responsável pela elaboração do relatório, contrariando a obsessão do senhor presidente de câmara pela contratação de técnicos exteriores para fazer os trabalhos. Ainda hoje, ao longo desta reunião, deixou bem presente a sua opinião inabalável de que, para termos algo bem feito, com profissionalismo, teríamos que ir contratar técnicos fora do território.

Dito isto, ao analisarmos o documento, verificamos que o mesmo deixa bem claro aquilo que temos afirmado e que o senhor presidente insiste em fingir não ver. Caminhamos para um ponto de desertificação, de envelhecimento, de perda de massa crítica, sem retorno.

O peso do nosso concelho no panorama distrital é cada vez mais residual. Poderemos ver, apenas a título de exemplo, que Melgaço é atualmente responsável por apenas 2% do emprego gerado pela economia, no distrito de Viana do Castelo.

Os problemas demográficos estão a assumir dimensões catastróficas. Note-se que, apenas nos últimos 15 anos, o número de alunos matriculados no ensino não superior diminuiu para metade. Importa repetir, metade do número de jovens em apenas 15 anos! Quer isto dizer que dentro de muito pouco tempo, Melgaço não terá população ativa suficiente sequer para tratar dos seus idosos.

Acreditamos também que, ao nível da educação, não houve a coragem para ir mais além na identificação de problemas, aliás, nem na descrição do cenário atual. É disso exemplo a falta de referência às questões do aproveitamento e dos rankings nacionais. Sem um diagnóstico realista, sem a identificação dos problemas, não é possível encetar as medidas necessárias para alterar a situação. Tudo tenderá a seguir o mesmo percurso.

Verificamos, no entanto, algumas incorreções, nomeadamente no tocante à identificação e descrição dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, das instituições do terceiro setor e suas respostas.

Mas, onde está a nossa principal discordância com o documento, que nos impede de o votar favoravelmente, prende-se com a análise SWOT. Não podemos aceitar a forma como é enaltecida o papel do município, a sua atuação é apontada como um dos pontos fortes cimeiros, ao mesmo tempo que nas fraquezas aparecem no topo da lista o fraco dinamismo e iniciativa das populações.

A nossa opinião é exatamente contrária. Melgaço não está pior, muito por força dos nossos empresários, que tem investido em turismo, em vinha, na produção de vinho e outras. É esse dinamismo que faz com que Melgaço tenha a oferta que tem. O Município tem sabido acompanhar em alguns casos, e em muitos outros feito apostas erradas, alheadas das necessidades do território e da necessidade das suas populações.

E este autismo do executivo, que ficou bem patente ao longo da reunião, quando o Presidente da Câmara afirma que "eu é que sou o Presidente, eu é que decido, e por isso é por aqui que vamos e que continuaremos a ir", esse sim, é uma enorme fraqueza.

Esta incapacidade de ouvir as pessoas, de corrigir trajetórias menos positivas, tem feito com que muitos dos recursos do município sejam desbaratados, consumidos sem trazerem qualquer retorno para as populações.

Por tudo o exposto, não poderemos votar favoravelmente o documento, pelo que nos abstemos.

Os Deputados Municipais do Grupo Parlamentar Prá Frente Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "8" DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 30/04/2019

Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00 €

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014, no que concerne ao endividamento, preconiza que os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, devendo o município, todavia, para efeitos da contratação de novos empréstimos, seja de curto seja médio ou longo prazo, ter em consideração o limite da dívida total (prescrevendo, a este título, o artigo 52º do dito diploma legal que "*A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores*").

Nos termos do que se encontra expresso no artigo 50º do referido Regime legal, dispositivo seguidamente transcrito, é permitido que a assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, aprove empréstimos (de curto prazo) «que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento», nas condições aí balizadas, ao exarar que:

"1 - Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

2 - ... a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento."

Aquando da receção dos documentos atinentes às "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019" não encontramos qualquer previsão da contração de empréstimos de curto prazo para o ano em curso.

Registámos, com satisfação, e tendo presente a posicionamento por nós anteriormente já expresso a este nível, a evolução positiva.

Cedo o Executivo PS que governa a Câmara Municipal de Melgaço deixou, contudo, cair este nosso encanto.

Apresentam-se como argumentos justificativos da contração deste novo empréstimo exatamente os mesmos que motivaram o pedido de um outro (empréstimo) no anterior exercício anual (de 2018), ou seja, a sazonalidade da cobrança da receita fiscal e a própria natureza de algumas rubricas orçamentais da receita, tais como as rendas eólicas e o IMI.

Os aduzidos argumentos não colhem, manifestamente, a nosso ver.

E não colhem porque a cobrança da receita municipal não sofre quaisquer significativos desvios de tempos ou *timings* de ano para ano, encontrando-se previamente escalonada no tempo.

Já quanto às rendas eólicas e ao imposto municipal sobre imóveis de relembrar que, por imposição contratual, e em decorrência legal, antecipadamente se sabe quais os tempos ou prazos em que as mesmas irão ser recebidas e cobradas.

O que sucede, em não se tratando de escamoteada mitigação da realidade, é, pois, e antes, de uma dificuldade de tesouraria fruto de um deficiente ou erróneo planeamento, gestão e/ou execução por parte do Executivo.

Mas mais: a citada legislação é inequívoca ao ditar que a aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal na sua sessão anual de

aprovação do orçamento, mesmo que os empréstimos venham a ser contraídos durante o período de vigência do orçamento (de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano seguinte).

O endividamento municipal encontra-se, incontornavelmente, subordinado aos princípios da legalidade, do equilíbrio e da estabilidade orçamentais, devendo ter lugar apenas nos casos legalmente previstos e de acordo com os pressupostos e limitações legalmente definidos.

Ao se deliberar aprovar um tal empréstimo meses após a aprovação do orçamento não se está a respeitar o consignado na (citada) lei.

Entendemos que o recurso a empréstimos (de curto prazo) não pode ser visto, nas explanadas circunstâncias, como um instrumento ou ferramenta para suprir seja constrangimentos de tesouraria ou seja o que for.

Com quanto acabamos de sumariar, e em particular, quando repetidamente dissemos que os argumentos apresentados para justificar a contração deste novo empréstimo não colhem na situação em apreço, não admira que o senhor Presidente da Câmara tenha utilizado, em resposta à intervenção, a este respeito, do líder da bancada do Grupo da Coligação "Prá Frente Melgaço", deputado José Albano Domingues, a expressão "argumentação disparatada".

É pelas expostas razões o nosso sentido de voto (abstenção).

Os eleitos do PSD no Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço".

PRÁ FRENTE MELGAÇO

Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP SOBRE O SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICIPIO DO ANO 2018

Assembleia Municipal de 30/04/2019

Tal como todos os anos, procedemos a uma análise rigorosa e detalhada das contas que o Executivo trouxe a votação nesta Assembleia.

Cumpre-nos informar os eleitores sobre as nossas considerações às contas, justificando o nosso voto contra a sua aprovação:

1 - Houve até agora a preocupação, necessária, de equilibrar as contas. De se diminuir a divida bancária. Mas não estará agora na hora de se aproveitar essa folga e avançar-se com um programa de investimento mais arrojado, mais ambicioso?

Um programa que não passe apenas pela contratação de consultorias, de promoção, de comunicação, mas que crie riqueza, que traga investimentos tangíveis ao concelho e mais valias que fiquem para a população. Que capte nova população e mais investimento.

Habitação, industrialização, educação, investimento e requalificação dos equipamentos existentes (p. ex. o Centro de Estágios) são necessidades que se sentem e para as quais não há resposta por parte do executivo.

Apoiar mais as juntas de freguesia, onde a execução das transferências de investimento se ficou pelos 42%, dotando-as de instrumentos suficientes de gestão e de resposta aos anseios das populações.

2 - Mais uma vez, como vem sendo prática dos executivos que têm liderado os destinos do município melgacense, a execução orçamental continua abaixo do desejável e até do aceitável, em especial no que diz respeito ao investimento (capital), cifrando-se nos 65%;

melhorou relativamente ao ano passado, mas também seria impossível voltar a ter um ano de estagnação como o de 2017.

Ou seja, dos 9.170.000,00€ previstos investir em 2018, apenas foram investidos pouco mais de 6.000.000€;

Se olharmos com detalhe, o grau de execução do plano plurianual de investimentos, onde estão inscritas as obras/investimentos charneira e estruturantes para o território, ficou-se pelos 49,98%. **Ou seja, metade do que disseram que iam fazer não fizeram.**

E aqui estão muitas das obras necessárias para a implementação da estratégia de desenvolvimento tão defendida pelo executivo PS.

Algumas destas obras são importantes para o concelho, e eternizam-se nestes quadros com graus de **execução zero**. No entanto na comunicação social são anunciadas com pompa e circunstância, de forma a enganar, a dar a entender que já estão em andamento ou que irão arrancar em breve.

A prioridade continua a ser a propaganda, aprovar orçamentos vistosos, com previsão de investimentos que ficam bonitos na comunicação social e no site do município, mas que depois não se traduzem em obra realizada;

Num ano em que foi assegurado pelo presidente que a execução seria "fantástica", com o seu partido no governo (e referimos isto porque o senhor presidente sempre fez questão de justificar as suas fracas execuções, com a atuação do anterior governo), não se justifica, ou pelo menos não foi apresentada nenhuma justificação aceitável, que um orçamento elaborado calmamente, com o conhecimento do andamento das candidaturas a fundos comunitários, se situe em valores tão baixos.

3 - Ficamos, ainda, com dúvidas sobre os seguintes indicadores, que podem denotar uma tendência de degradação do estado das contas:

Dividas de curto prazo:

- Divida a fornecedores aumentou mais de 50%, passando de 416 mil para 837 mil;

Outros credores aumentou de 564 mil para 720 mil euros.

- Resultado Líquido Exercício caiu mais de 450 mil euros, e mais preocupante é que o Resultado Operacional degradou-se imenso e é agora de perto de 1 milhão de euros negativo.

4- Por fim, a situação da Melsport:

Continua a ter uma situação de exploração frágil. Depende completamente das transferências do Município.

O Município aumentou em mais de 100 mil euros essas transferências, através do aumento da faturação da Melsport a CMM. E aqui temos um problema, como sabem o Tribunal de Contas não aprova as contas desta forma, pois diz que esta faturação encapota um subsídio á exploração.

Que vai este executivo propor? Até agora nada foi alterado e a Melsport entra em situação de liquidação obrigatória pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A tudo isto alia-se a incapacidade de investimento na modernização e conservação do Centro de Estágios. Mais ano menos ano, vamos ter um equipamento obsoleto, degradado que entrará num ponto de não retorno.

Por tudo o exposto, o nosso voto não podia ser outro que não contra.

Os Deputados Municipais do Grupo Parlamentar Prá Frente Melgaço.

MOÇÃO

Nos termos da alínea e) do artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

*****

Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de Depósitos Minerais em Melgaço

*****

O Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, estabelece os princípios orientadores do exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais naturais, nele se incluindo, como atividades complementares da industria mineira, a mineralurgia industrial, a metalurgia extrativa e a comercialização e trânsito de minérios.

O lítio começa a ser considerado atualmente como a "gasolina do futuro", sendo uma matéria-prima cada vez mais necessária para o funcionamento de dispositivos de alta tecnologia, nomeadamente baterias para a indústria automóvel. Os maiores produtores de lítio são os países da América Latina. No entanto, de acordo com a Associação Portuguesa de Geologia, Portugal tem boas reservas de lítio nas zonas norte e centro do país.

Nos termos do referido diploma legal, qualquer interessado na atribuição de direitos de prospeção e pesquisa pode apresentar uma proposta através de requerimento dirigido ao Ministro e entregue na Direção-Geral da Energia e Geologia.

Através do Aviso n.º 4722/2019 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 56/2019, de 20 de Março, foi dado conhecimento do requerimento apresentado por uma empresa australiana denominada "*Fortescue Metals Group Exploration*" tendo em vista a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de diversos depósitos minerais, incluindo lítio, numa área denominada "Fojo".

A área em causa tem um perímetro de intervenção de mais de 74 km2, distribuída pelos municípios de Melgaço, Monção e Arcos de Valdevez, abrangendo em Melgaço áreas das freguesias de Penso, Alvaredo, Cousso, Gave e Parada do Monte.

É certo que à data atual existe apenas uma manifestação de interesse de prospeção de minérios, não havendo ainda qualquer concurso, adjudicação ou contrato de concessão de exploração.

É também certo que ainda esta semana o Exmo. Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação teve oportunidade de clarificar em Melgaço, na sessão de abertura da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, que o Governo está a limitar-se a cumprir a lei ao publicitar o interesse manifestado por um grupo empresarial privado na prospeção e pesquisa de depósitos minerais, estando a decorrer prazo para todos os interessados se pronunciarem sobre tal iniciativa, através de reclamação fundamentada, nada estando ainda decidido sobre o assunto.

Temos também presente que uma eventual autorização administrativa para a concessão de direitos de exploração de minérios como o lítio carece do parecer prévio de diversas entidades, incluindo um estudo de impacto ambiental.

Todavia, tendo em consideração o eventual impacto que uma atividade desta natureza poderia vir a ter no ambiente, na saúde pública, na atividade económica e na qualidade de vida da população de Melgaço, importa desde já alertar e manifestar de forma veemente a oposição da comunidade local perante tal iniciativa.

Assim, considerando que:

a) O concelho de Melgaço tem um património ambiental e paisagístico único, que assenta na conservação e valorização da biodiversidade e dos seus recursos naturais e culturais.

b) Desde o vale do Rio Minho até à montanha, o concelho de Melgaço apresenta habitats naturais ímpares, em termos de fauna e flora, muitos deles a integrar a Rede Natura 2000, cujas espécies é imprescindível preservar por possuírem um valor científico, histórico, cultural e turístico incalculável.

c) Parte significativa da área de intervenção sinalizada integra área de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, com evidentes limitações e restrições legais aos direitos de uso, ocupação e transformação do solo.

d) A área em causa goza ainda da proteção legal que decorre do reconhecimento internacional como Reserva Transfronteiriça da Biosfera da UNESCO Gerês / Xurés.

e) A eventual exploração de lítio, através da exploração de minas a céu aberto, representa um atentado ao valor paisagístico da região e acarreta sérios riscos de contaminação do Rio Minho, podendo afetar toda a riqueza e biodiversidade das suas águas.

f) Em causa também poderá estar todo o investimento que o Município de Melgaço tem vindo a fazer na promoção do turismo de natureza no concelho - de que é exemplo, entre muitos outros, a Rede Municipal de Trilhos Pedestres e Cicláveis -, naquele que é já considerado o destino de natureza mais radical de Portugal.

g) Finalmente, a produção da casta Alvarinho, símbolo máximo da economia local da sub-região Monção-Melgaço, poderá ser colocada em causa devido ao risco de contaminação dos recursos hídricos associados à sua produção.

Por tudo o exposto, a Assembleia Municipal de Melgaço deliberou por unanimidade, na sessão ordinária de 30 de Abril de 2019, a aprovação da presente moção de repúdio e oposição à concessão de quaisquer direitos de prospeção, pesquisa ou exploração de depósitos minerais, incluindo lítio, nas áreas do concelho de Melgaço identificadas na área denominada "Fojo", por constituírem atividades que atentam gravemente contra o património natural, cultural e

histórico desta região, colocarem em causa a saúde pública e afetarem desproporcionadamente as atividades desenvolvidas pelo setor económico local.

Mais foram mandatados os líderes dos grupos municipais com representação na Assembleia Municipal para subscreverem a presente moção.

Da presente moção deverá ser dado conhecimento ao Ministério da Economia, ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética, à Direção-Geral da Energia e Geologia, ao Instituto da Conservação da Natureza, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Associação Portuguesa de Geologia, aos Exmos. Senhores Presidentes de Câmara e de Assembleia Municipal dos municípios e das juntas de freguesia que integram a denominada área do "Fojo" (Melgaço, Monção e Arcos de Valdevez), aos Exmos. Senhores Presidentes do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho e da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, a todos os grupos parlamentares com representação na Assembleia da República e à comunicação social.

Melgaço, 30 de Abril de 2019

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

(Manuel Luís Gonçalves)

Pelo Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço"

(José Albano Domingues)

PRÁ FRENTE MELGAÇO

Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO PELOS RESULTADOS DOS ATOS ELEITORAIS PARA OS ORGÃOS DIRETIVOS DA CVRVV

O grupo parlamentar da Coligação Prá Frente Melgaço apresenta um voto de congratulação pelos resultados das recentes eleições para os órgãos diretivos da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CRVV).

Com efeito, da eleição para o Conselho Geral, realizada em 15.03.2019, resultou que teremos um conselheiro da Sub-Região de Monção e Melgaço, mais concretamente o Clube de Produtores Soalheiro.

Para a Comissão Executiva cujo ato eleitoral teve lugar em 02.04.2019, Manuel Augusto Dias Pinheiro viu o seu mandato de presidente renovado, ao mesmo tempo que Armando Fontaínhas, Presidente da Adega Cooperativa Regional de Monção, foi eleito para vogal.

Estamos certos que a presença destes eleitos ao nível dos órgãos diretivos da CVRVV permitirá ampliar a voz e os interesses específicos dos agentes da Sub-Região de Monção e Melgaço, quer ligados à produção, quer ao comércio, junto da entidade mais importante de representação do sector específico do Vinho Verde, razão pelo que nos congratulamos pela sua eleição.

Os deputados da Assembleia Municipal de Melgaço, eleitos pela Coligação Prá Frente Melgaço.

Melgaço, 30.04.2019

PRA FRENTE MELGAÇO
PSD

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Requerimento nº 1/PFM/201

Exm.ª Srª Presidente da Assembleia Municipal de Melgaço:

Assunto: Termas de Melgaço – Cobertura do Prejuizo do ano fiscal de 2017 pelo parceiro privado

No Relatório do Conselho de Administração da Curae Aquae, referente ao ano de 2017, é relevado o facto de á data d apresentação das contas – 18 de Abril de 2017 – o parceiro privado que detém 49% do capital social da entidade, e qu conforme se refere no referido relatório:

"...., ao abrigo do Artº 40 da Lei 50/2012, as empresas locais devem apresentar resultados equilibrados, o que nã aconteceu no ano de 2017, pelo que se solicita que o parceiro privado proceda à cobertura do prejuízo incorrido de moa a reequilibrar as contas da sociedade"

Foi, aquando da votação das contas consolidadas na Assembleia Municipal, perguntado ao sr. Presidente do Executiv se o parceiro privado já tinha procedido conforme é sua obrigação, e recebemos a resposta pouco esclarecedora de qu não sabia, mas que tinha a impressão que sim, já o tinha feito.

Assim abrigo do regimento desta Assembleia, e da alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembr vimos por este meio requerer a V.Exª que se digne diligenciar para nos ser facultada a informação sofre este facto.

- O Grupo Pinto da Costa e Carriço já procedeu à cobertura do prejuízo incorrido no ano 2017?
- Se não o fez, que diligências esta o conselho de administração da Curae Aquae a tomar para que se feita?

Melgaço, 30 de Abril de 2019

O Deputado Municipal,

Pedro João Mendes de Sousa e Silva

PRA FRENTE MELGAÇO
PSD

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Requerimento nº 2/PFM/201

Exm.ª Srª Presidente da Assembleia Municipal de Melgaço:

Assunto: Termas de Melgaço – Esclarecimento sobre divida á Marco Turistico, SA

Na sessão anterior da Assembleia Municipal, realizada a 23.02.2019, o sr. Presidente do Executivo referiu e está lavrad em ata, o seguinte:

> investimento. Aliás, o processo foi público e publicitado. A estrutura financeira que foi conseguida para as termas foi a construção de uma PPP e nessa PPP, o que cabia ao município foi o investimento que foi financiado, que são cerca de 4,25 milhões, o remanescente, aquilo que era o contributo privado, foi colocado pela empresa CASAIS, sem que haja neste momento alguma dívida para com essa empresa.

Ficamos, perante esta declaração, com dúvidas pois o que está registado nas contas da Curae Aquae a 31.12.2017, ultim data a que tivemos acesso as mesmas, é uma dívida de 1.126,731 euros á Marco Turistico.

Referiu ainda o sr. Presidente, que tinha havido por parte do grupo Casais uma promessa de perdão de dívida.

Assim ao abrigo do regimento desta Assembleia, e da alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembr vimos por este meio requerer a V.Exª que se digne diligenciar para nos ser facultada a informação sofre este facto.

- A referida promessa de perdão de dívida, foi contratualizada de alguma forma, ou foi apenas registac na forma verbal?
- Se foi apenas de forma verbal, que mecanismo de garantia tem o Executivo, para que a mesma não se exigida ou executada?

Melgaço, 30 de Abril de 2019

O Deputado Municipal,

Pedro João Mendes de Sousa e Silva